

-----ATA N.º 4-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 20 DE JUNHO-----

-----Aos vinte dias do mês de junho de 2014, pelas 21.00 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação da 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2014 – Orçamento da Receita/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/13, de 12.09;-----

-----**2.º Ponto** – Aprovar a adaptação do Mapa de Pessoal ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Câmara Municipal de Torres Vedras, em cumprimento da alínea o) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**3.º Ponto** – Autorizar a cessação de procedimentos concursais, regulada pelo n.º 2 do art.º 38.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22.01;-----

-----**4.º Ponto** – Aprovar a proposta de designação dos jurados para recrutamento por procedimento concursal para o provimento de quatro cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do art.º 13.º da Lei 49/2012 de 29.08;-----

-----**5.º Ponto** - Conceder autorização prévia para repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual – Programa de Apoio ao Arrendamento 2014 nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02;-----

-----**6.º Ponto** - Conceder autorização prévia para repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual – Aquisição do imóvel “Azenha da Ponte” sito no Ameal, Freguesia do Ramalhal nos termos do art.º 22 do Dec-Lei n.º. 197/99 de 8/6 e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02;-----

-----**7.º Ponto** – Discussão e votação do Plano de Pormenor da Barreira Alta, para os efeitos contidos no n.º 1 do art.º 79 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na redacção dada pelo Decreto Lei 46/2009 de 20.02;-----

-----**8.º Ponto** – Tomar conhecimento da alteração por correção material ao Plano Director Municipal De Torres Vedras, no termos do n.º 3 do art.º 97-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de gestão Territorial;-----

-----**9.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à CERU – Centro Europeu de Riscos Urbanos, tendo presente a competência da assembleia prevista na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**10.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal, tendo presente a competência da assembleia prevista na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**11.º Ponto** - Eleição de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal a fim de integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Torres Vedras, ao abrigo da alínea b) do art.º 4.º da Lei n.º 8/2009;-----

-----**12.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09.-----

-----Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Jacinto António Franco Leandro, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Cláudia Sofia Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, Ana Isabel Marques Fiéis, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Maria Leonor Marques Marinheiro, Vítor José dos Santos Fernandes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Renata Filipa dos Santos Romão Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria do Carmo Caldeira dos Santos Ferreira, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso. -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, Hugo Miguel Fernandes Martins, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano e Ana Barbara Antunes C.S. Amaro.-----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

-----O Primeiro Secretário Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados 4 documentos que a seguir se indicam: -----

**DOCUMENTO 1:**-----

-----Informação subscrita pela Chefe de Gabinete, a dar nota de um erro no mapa de pessoal na identificação da área de formação académica e/ou profissional adequada ao exercício das funções de

Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, e a solicitar que previamente à aprovação do Mapa de Pessoal, (ponto dois do agendamento), adote as diligências que entender adequadas para que o referido documento de gestão seja aprovado com a correção referida.-----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 18 DA LEI 75/13 DE 12 DE SETEMBRO:**-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia da Freiria de 17 de junho a dar conhecimento que o seu Presidente Pedro Miguel Germano Bernardes, não pode estar presente na sessão e será substituído por Maria do Carmo Ferreira.-----

**JUSTIFICACÕES DE FALTA:**-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia de 5 de maio, a informar que o seu Presidente, Pedro Miguel Germano Bernardes, por motivos pessoais não poderá estar presente na reunião realizada nesta data em continuação da sessão ordinária iniciada em 28 de Abril.-----

DOCUMENTO 4:-----

-----E-mail de José António do Vale Paulos, de 5.05 a informar que por se encontrar fora da região, não poderá comparecer na reunião de continuação que se realiza nessa mesma data.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de falta apresentadas.-----

**APRESENTAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:**-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que a acta n.º 1 de 20.12 do corrente ano que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa para eventuais correcções.-----

-----A Assembleia aprovou por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

**10.º ANIVERSÁRIO DO PARQUE VERDE DA VÁRZEA:**-----

-----O *Sr. Francisco Branco* começou por dizer agora que celebram os dez anos deste parque podem fazer com segurança e objetividade uma avaliação deste espaço simples e atrativo que mudou radicalmente a relação dos torrienses com a natureza e com o ar livre, uma vez que diariamente é frequentada por muitos cidadãos que o usufruem intensamente e com grato prazer.-----

-----Podem inferir que o parque verde revolucionou os costumes dos torrienses, logo há uma Torres Vedras antes do parque e outra depois. O número de infraestruturas de apoio que foram construídas são em numero suficiente para que todos, novos e menos novos, tenham ali pontos de interesses.-----

-----Concluiu que ultrapassou as expetativas dos autarcas de então, liderados pelo Dr. Jacinto Leandro e Dra. Isabel Pinheiro, que ultrapassaram as críticas de alguma oposição, mas que, apesar disso, levaram a obra a avante, a qual também muito valorizou e enquadrou outros equipamentos ali próximos e estimulou a construção de outros espaços verdes das diversas freguesias do concelho.-----

-----O **Sr. Jacinto Leandro** pronunciou-se também para relevar o aniversário deste parque, qual após dez anos, com o reforço do Centro de Educação Ambiental, reforço de restauração, e sobretudo reforço de programação para os idosos e crianças de todo o concelho, continua a comprovar o investimento feito. -----

-----Considera que foi o início de uma grande centralidade para Torres Vedras que se veio a sentir e sem a qual hoje já não se conseguia viver. -----

-----Para além de felicitar a autarquia pelo trabalho que tem desenvolvido em todos os sectores, quer alertar para a ligação via pedonal/bicicletas entre o espaço onde se realizam as feiras, o Choupal que está a ser requalificado e quiçá mais tarde a um futuro parque desportivo de Arenes. Sabe que para esse efeito alguns terrenos já foram adquiridos pela autarquia e foi requalificada a Vala do Alpilhão, que muito significou para a população residente.-----

-----Concluiu reforçando que pode ser dada vivência à zona de Arenes complementando o Parque Verde da Várzea juntando os dois com um grande corredor verde de bem estar, para que se possa dar a volta à cidade, para a convivência e relação com a natureza. -----

-----Saudou este trabalho feito pelo PS e pela Câmara Municipal de Torres Vedras e saudou o Sr. Presidente da Câmara que também está a fazer 10 anos que está à frente do município.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que nunca é de mais enfatizar os dez anos do Parque Verde da Várzea, para o qual muito contribuíram Jacinto Leandro, Isabel Pinheiro, Vale Paulos e atualmente Carlos Bernardes.-----

-----No entanto não esquece as crítica negativas feitas pelo PSD há 12 anos atrás antes da construção do parque, que no entanto se veio a revelar uma referência para a cidade e alterou os hábitos de vida dos torrienses.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** lembrou que esteve presente na inauguração deste parque com todo o prazer porque achou que era um marco importante para a cidade, por isso o comentário não é para ele. É normal que antes da construção do parque tivessem surgido algumas dúvidas, que depois foram ultrapassadas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **REQUALIFICAÇÃO DO CHOUPAL – PROGRAMA PÓLIS:**-----

-----O **Sr. Francisco Branco** mostrou a sua satisfação pelo início das obras em título, que ao requalificarem esta parte da zona norte da cidade com uma área de 9ha, permitirão valorizar e enquadrar os equipamentos de saúde, educativos desportivos e sociais existentes os quais têm potenciado um movimento muito grande de utilizadores destes espaços.-----

-----Permitirá também a ligação entre o norte e o sul da cidade aproximando-as em distância e em qualidade.-----

-----Está convicto que daqui a 10 anos outros aqui estarão nesta assembleia a enaltecer e a

congratulem-se com esta obra, que porá fim a algum esquecimento desta zona histórica da cidade tão necessitada de intervenção.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que o Choupal não terá um contributo tão grande como o Parque Verde da Várzea, mas será uma nova referência para a cidade, e não só para o norte porque está assegurada a interligação à zona verde da Várzea.-----

----Aproveitou para dar nota se tiverem oportunidade no próximo QREN a grande aposta da autarquia será a regeneração urbana e social do Choupal e toda esta área da cidade que é a mais degradada. -----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse esperar que no próximo ano venham verbas para poderem requalificar a zona mais debilitada da cidade, o Matadouro e a encosta que ficará a destoar depois de concluídas as obras do Choupal.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ROTUNDAS DO CONCELHO:**-----

----O *Sr. Joaquim Gomes* disse que na cidade e localidades do concelho existem várias rotundas que carecem de embelezamento, o que poderá ser alcançada a custos baixos empregando temas alusivos a atividades do concelho e utilizando para o efeito artistas da terra.-----

----Seria apelativo para os visitantes e para os torrienses que usufruem destes espaços.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que hoje em dia lutam com falta de pessoal e com a obrigação de reduzir 2%, no final do ano contabilizarão menos 15 funcionários pelo que a colocação ou manutenção de uma simples relva revela-se uma dificuldade, mas gradualmente lá chegarão.-----

----Embora a função das rotundas seja o ordenamento do trânsito, concorda que se estiver embelezada dará outra grandeza e outra qualificação do lugar.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CASTRO ZAMBUJAL:**-----

----O *Sr. Joaquim Gomes* deu nota que o espaço em título está um pouco abandonado, pois os serviços camarários apenas cortam as ervas e nada mais.-----

----Deu nota ainda que viu no Boletim Informativo da União de Freguesias de Torres Vedras sugestões para se fazer alguma coisa, mas que ainda ficam aquém das expectativas, pois o importante é a construção do Centro Interpretativo que atrairia maior número de visitantes. -----

----O *Sr. Presidente da Câmara* anotou que é um património cultural importante que Torres Vedras, que deve ser potenciado num futuro próximo. Ainda estão em fase de elaboração do programa, para depois avançarem com o lançamento do concurso para a Construção do Centro Interpretativo. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FEIRA DE S.PEDRO – 2014:**-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* começou por relevar o carácter vetusto do evento e que nos dias de hoje é um mostra de atividades económicas e não só, mas particularmente assume-se como uma festa, a qual, a par do Carnaval são os dois acontecimentos mais festivos promovidos no concelho, com os quais a população se identifica.-----

-----Pedi informação sobre a preparação da edição da feira deste ano tendo apurado que todos os espaços exteriores estão com a ocupação máxima, registando-se um aumento de 114 para 118 módulos no Pavilhão Expo e o Multiusos, para além das 25 associações que acolhe em número igual ao registado em 2013, registou nos módulos comerciais um aumento de 75 para 99 representações.--

-----Por fim salientou a existência de um espaço de 800 m<sup>2</sup> de estufa dinamizada pela Associação Interprofissional de Horticultura do Oeste e um ecrã gigante na zona dos bares para os portugueses poderem ver a sua equipa de futebol a dar o seu melhor no Brasil.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* referiu que nos últimos três anos verificou-se um pequeno decréscimo de expositores mas este ano a tendência está a inverter-se, o que é um bom sintoma.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **HORÁRIO DA BIBLIOTECA:**-----

-----A *Sra. Marta Geraldês* interveio no sentido de sugerir o alargamento do horário da Biblioteca durante o mês de julho do próximo ano e seguintes das 9.00h às 18.30h durante a semana e das 14.00h às 18.00h aos sábados.-----

-----Sem ter conhecimento se tal é possível, lembrou que todos os anos, neste mês, os alunos de Torres Vedras usam a biblioteca para se prepararem para os seus exames. Começar a estudar às 10.00h é demasiado tarde para quem tem poucos dias para o fazer e a abertura à segunda-feira no período da manhã é fundamental.-----

-----Relativamente a esta sugestão o *Sr. Presidente da Câmara* fez notar enquanto estiverem obrigados a reduções de pessoal tal não é possível até porque os funcionários existentes no serviço já não são suficientes para os horários que agora têm.-----

-----Informou que estão quase concluídas as obras de transformação, num centro de estudo, das antigas instalações da Junta de S. Pedro e Santiago, fruto de um projeto em conjunto com a autarquia, que dará resposta à situação colocada pelo membro. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **ATIVIDADE DESPORTIVA NO CONCELHO:**-----

-----O *Sr. Paulo Valentim* interveio no sentido de salientar o apoio da autarquia às instituições desportivas do concelho e por acréscimo à formação desportiva.-----

-----Nesta sequência deu nota que a autarquia promoveu recentemente as concentrações finais dos campeonatos municipais de futebol, no Clube Desportivo de A-dos-Cunhados, onde também participaram equipas dos concelhos do Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço, Alenquer e de

Mafra.-----  
----Salientou ainda a realização dos campeonatos municipais de atletismo de estrada, corta mato e de pista, onde foram batidos diversos recordes municipais, o que revela a evolução da modalidade no concelho.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que cada vez o campeonato de futebol tem mais envolvimento e qualidade.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**XXV OESTE INFANTIL 2014:**-----

----O *Sr. Paulo Valentim* registou a realização de mais uma edição da Oeste Infantil, que decorreu de 27 de maio a 1 de junho e este ano comemorou o seu 25.º aniversário com o tema “ Que história é nossa?”.-----

----Contou com 40 espaços de atividades de diversão, aprendizagem e criatividade.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* concorda que a Oeste Infantil é uma iniciativa muito importante pelo qual valoriza a organização camarária.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* anotou que são 25 anos de evento com um percurso organizativo que tem vindo a ser melhorado.-----

----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

**JORNAL “MILA GAIPA”:**-----

----O *Sr. Nelson Aniceto* começou por congratular o Executivo pela parceria que realizou com algumas associações com sede na zona histórica de Torres Vedras para a criação do jornal “Mila Gaipa” publicação bimestral de distribuição gratuita, cuja 1.ª edição foi disponibilizado durante a Feira Rural e que considera um importante meio de dinamização da zona.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* reforçou que este jornal das associações do centro histórico servirá para promover a sua interligação com a zona, e é de grande qualidade gráfica assim como de conteúdos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**BANG AWARDS:**-----

----Saudou também a realização do Festival de Cinema de animação “Bang Awards”, que decorreu nos dias 6, a 8 de junho no Castelo e Centro Histórico e visou promover a comemoração e o sucesso da 2.ª edição do Bang Awards. Teve mais de 400 curtas de animação originais a concurso, mais de 40 países e teve mais de 226.000 visualizações.-----

----Foram três dias de cinema musica arte e festa e contribuíram para o desenvolvimento e projeção cultural do concelho de Torres Vedras.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse trata-se de um evento que será se está a enraizar para se realizar de dois em dois anos, e que foi notícia em todo o mundo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA DA MACEIRA:**-----

-----O *Sr. Francisco Inácio* lembrou que foi há 17 anos, neste mesmo dia que Torres Vedras passou a ter 20 freguesias com a criação da freguesia da Maceira.-----

-----Lamentou que passados 16 anos o governo PSD/CDS tenha extinguido mais de mil freguesias por todo o país entre elas a da Maceira. Sem justificação possível e sem ganho para a população, tentou afastá-la dos seus eleitos e abandoná-las.-----

-----A população perdeu muito e as uniões de freguesias criadas também.-----

-----Presentemente no concelho só existem 7 freguesias com a denominação original e nas agregadas mesmo com a vontade e esforço dos novos presidentes, nunca será a mesma coisa.-----

-----Considera que foi uma tragédia e para a Maceira o dia que foram desmembrados, será sempre um dia de luto -----

-----Por fim apelou aos responsáveis das autarquias agregadas que sejam benevolentes com as populações agregadas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* interveio apenas para reforçar que a extinção da freguesia da Maceira é uma ferida que nunca irá sarar mas que espera um dia retomar a sua existência. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE:**-----

-----A *Sra. Marta Galdes*, pediu para falar em nome da JSD para realçar a celeridade e competência com que o Executivo promoveu a extinção da comissão e implementação do conselho em título cumprindo assim a lei n.º 8/2009.-----

-----Depois de analisar o regulamento detetaram que na constituição prevista no n.º 3, falta uma alínea com “Um representante de cada organização partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da república;” tal como previsto na alínea h) n.º 4 da referida lei, solicitando a devida correção na próxima reunião do Executivo.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que o regulamento é um decalque da lei, tendo sido aprovado por unanimidade pelo Executivo Municipal e se há essa omissão, a lacuna será corrigida.--

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**OPEN DAY 12 LX FACTORY:**-----

-----O *Sr. Artur Narciso* interveio para felicitar os organizadores do evento em título, que levou a praia e o campo de Torres Vedras a Lisboa, e onde se recriou a Feira Rural tendo passado uma extraordinária imagem de Torres Vedras que deixou as pessoas satisfeitas.-----

-----Registou o facto de ser gratificante que em Lisboa se fale de Torres Vedras e se tivesse dado a conhecer os melhores produtos da terra, sua restauração e vinhos. -----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que também esteve presente neste evento, que considerou muito

interessante e merece a sua referencia. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MARCHAS DE SANTO ANTÓNIO - LISBOA:**-----

----O *Sr. Artur Narciso* salientou como positivo a mostra do Carnaval de Torres Vedras nas Marchas de Lisboa, para a cultura e potencialidade do turismo torriense.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* concordou que foi uma grande abertura para Torres Vedras.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MOÇÃO - PROPOSTA PARA A DINAMIZAÇÃO DO COMERCIO TRADICIONAL DA CIDADE DE TORRES VEDRAS:**-----

----O *Sr. Presidente da Mesa*, disse que a mesa não aceita votar a moção, uma vez que, titulada como “proposta” devia ter sido agendada, para além de que, o seu conteúdo entra na esfera das competências da Câmara Municipal. Colocou à consideração da Assembleia. -----

----Em nome do grupo Municipal do PSD, o *Sr. João Bastos* deu nota que a proposta surge na sequência da sua apresentação ao Executivo em 20.05 pelos vereadores do PSD, no sentido de ser uma recomendação à Câmara para se discutir a dinamização do comércio tradicional da cidade de Torres Vedras.-----

----O *Sr. José Augusto de Carvalho* começou por afirmar que não há ninguém no órgão deliberativo que não seja a favor da dinamização do comércio tradicional da cidade. -----

----Também disse que enquanto membros da assembleia podem apresentar propostas de recomendações que têm como consequência prática dirigi-las ao Executivo para que as implemente podendo a Assembleia Municipal fiscalizar a sua implementação.-----

----Não está de momento munido da legislação aplicável mas tem a certeza que a lei faculta que com a devida antecedência podem ser feitas propostas para agendar determinados assuntos nas sessões, o que não é o caso.-----

----Assim e independentemente de serem todos a favor de encontrar medidas para melhorar e dinamizar o comércio do centro histórico, questionou qual é o papel do PS, para votar a favor esta proposta sem lhes ter sido dado atempadamente a oportunidade de contribuir. -----

----Frisou que o PS não vota hoje uma proposta sobre esta matéria atendendo ao facto de se acharem com direito de darem seu contributo.-----

----Para terminar lembrou que está sediado em Torres Vedras o Centro de Apoio ao Empresário, e é pertinente que quando o PSD traz aqui esta matéria se interroguem sobre o papel que está a ser exercido pelo CAERO.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* interveio no sentido de alertar que estavam a discutir uma redundância, uma vez que a proposta do PSD foi aceite pelo Executivo e nem sequer foi votada.-----

----Agora não estavam a apresentar nada de novo, mas estava disponível para discutir ponto a ponto

para chegarem à conclusão que a esmagadora maioria do que é proposto, já foi feito pela autarquia.--

----O líder da bancada do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** lembrou que estão perante órgãos autónomos e independentemente do Órgão Executivo já ter aceite a proposta, não aceita a argumentação de que já quase tudo foi feito. É importante reforçar o envolvimento financeiro e alocação de verbas concretas pelo que não vê qualquer problema para que a moção não seja aprovada.-----

----Não põe em causa que possa haver repetição, mas estão todos interessados em discutir este assunto. O PSD também é chamado muitas vezes para votar moções do PS, sem ter conhecimento, quando, se discutissem o assunto previamente poderiam obter sinergias e algum consenso.-----

----Não vê razão para a proposta não ser votada, independentemente de ser redundante ou repetição e se o edil disse que é inócua é porque estão todos de acordo.-----

----O **Sr. Presidente da Mesa** disse que não se trata de a moção ser redundante ou não, mas porque como está redigida a mesa não aceita, sem prejuízo do assunto poder ser discutido, já que a moção foi aceite pelo Executivo.-----

----Reafirmou que as propostas têm que ser conhecidas previamente e implementar um programa para o comércio tradicional não é competência da Assembleia Municipal. No entanto se a assembleia aceitar, assim se fará.-----

----O **Sr. João Bernardes** disse que o grupo municipal do PCP concorda que não há razão para esta proposta ser votada nos termos em que está redigida.-----

----Aceitam que é necessário dinamizar o comércio tradicional mas interrogam-se sobre o que vão dinamizar quando muito já foi destruído.-----

----Também concordam com o edil quando diz que grande parte do que é proposto já existe, já foi feito, ou continua a ser feito.-----

----Assim recomendou que se querem dinamizar/restaurar o comércio tradicional devem mudar de políticas e deixar de fazer politica que defenda exclusivamente os senhores do grande capital.-----

----Face às posições expressas pelas bancadas o membro **Luís Carlos Lopes** disse que o Grupo Municipal do PSD não iria recorrer da decisão da mesa.-----

----Atenta a situação atual e numa situação desta natureza o **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que o grupo Municipal do PS não iria votar contra.-----

----Se houvesse o recurso para a Assembleia Municipal, apresentariam uma proposta alternativa de adiamento para a próxima sessão.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** pediu para fazer alguns comentários considerando que se trata de uma matéria demasiado importante para os comerciantes para ser tratada de forma cínica por parte do PSD, cujo objetivo é dizer para a comunicação social que fez uma proposta que a Assembleia Municipal se recusou a discutir ou não aprovou.-----

----Apelidou de proposta pouco inteligente pois refere que o limite da dotação orçamental deverá

ser a receita bruta de 6 meses do Sistema de Estacionamento da cidade de Torres Vedras, como se a Assembleia não soubesse que esta receita é da Promotorres. Se quisessem ser sérios poderiam ter dito “correspondente a 6 meses”.

----Podem discutir a proposta ponto a ponto, pois se há autarquias a dinamizar o comércio, Torres Vedras é uma delas, e hoje ao dirigirem-se à sessão viram esses efeitos com a animação de rua que está a decorrer, por uma associação torriense, com o apoio logístico da Câmara.

----Na semana passada também poderiam ter presenciado os Bang Awards, no sábado a distribuição do jornal “Mila Gaipa” e na quarta feita encontrariam cerca de 900 pessoas na Night Run. A realidade é que também encontrariam encerrados alguns dos cafés existentes na zona da concentração.

----Percorrendo a tipologia de ações da proposta, informou que a divulgação da Feira Rural é feita na RTP e na TVI.

----Quanto ao acesso em rede a uma central de compras por parte dos empresários, questionou se conhecem o Torres Negócio.

----Disse que de facto é uma “lacuna” a Câmara Municipal não possuir no seus quadros um vitrinista, mas poderão analisar na próxima reunião do Executivo como poderão abrir concurso para contratar dois ou três.

----Sobre a formação de empresários questionou se era competência da Câmara e se encerram o CAERO e a ACIRO.

----Também referiu que já está criada uma marca/logo para o centro histórico e se não a conhecem no mínimo conhecem as placas toponímicas que existem na zona e já são utilizados sacos de compras com a mesma marca na Feira Rural, que pode ser alargada a outras iniciativas.

----Assegurou que já existe um site interativo e um roteiro do comércio para o Centro Histórico.

----Relativamente à promoção de datas temáticas, de facto é uma “lacuna” não terem promovido o dia do pai, da mãe ou Páscoa.

----Disse ser brilhante a proposta para “iluminação de Natal”. Fazem iluminação, mas não podem fazer tanto como há uns anos atrás. Mas também já viram o PSD a votar contra algumas, lembrando as críticas que ouviu sobre o dinheiro que gastaram com o “Pai Natal”, com o voto contra do líder Luís Carlos Lopes.

----Também já fizeram um sorteio de um carro para quem comprasse no comércio tradicional e queriam fazer este ano, mas como para um carro no valor de €10.000,00 o estado queria €4.000,00 de Imposto de Selo, não avançaram.

----Quanto à disponibilização de cartões para o carregamento, já disse que o mesmo iria ser feito e aproveitou para referir que existe o cartão sénior com mais de 3000 aderentes e mais de 200 estabelecimento com descontos.

-----Estão à vontade para discutir esta proposta mas não querem fazer demagogia com este assunto, que é demasiado importante para ser tratado deste modo. -----

-----Pedi novamente a palavra o *Sr. Luís Carlos Lopes* para dizer que não é cínico, e esta proposta foi aceite pelo Executivo Municipal sem sequer ter sido discutida.-----

-----Também não há nada de má fé nem nada escondido. Há uma manifesta preocupação não só pelo comércio tradicional do centro histórico como também por toda a cidade. -----

-----Não põe em causa que votaram contra a instalação do Pai Natal. O edil tem razão quando diz que algumas das ações propostas já são efetuadas, mas são de forma não continuada. Poderá alegar que é uma questão orçamental, o que aceita.-----

-----Quanto à promoção das datas temáticas, considera que fazia sentido pois seriam úteis para dinamizar, tal como é feito com o dia dos Namorados e dia das Bruxas, que são recentes no nosso país. -----

-----O PSD não quer fazer *chicana* política, nem tirar qualquer dividendo, quer tão só ajudar o comércio tradicional.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o período da ordem do dia.-----

**1.º PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2014 – ORÇAMENTO DA RECEITA/DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/13, DE 12.09;**-----

-----Presente ofício número 4749, da Câmara Municipal de Torres Vedras, 5 de Junho, a remeter a revisão em título de acordo com o deliberado com o Executivo em 03.06.2014.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* explicou que a presente revisão contempla a utilização do valor aprovado nas candidaturas apresentadas ao Eixo Prioritário II do POVT, de obras dos SMAS no reforço de alguns projetos existentes no PPI e rubricas do orçamento da despesa de 2014.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a revisão em título.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2014 – orçamento da receita/despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

**PONTO 2 – APROVAR A ADAPTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/2013 DE 12.09;**-----

-----Presente ofício número 4748, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 5 de Junho, a remeter o Mapa de Pessoal e caracterização dos postos de trabalho, atentas as competências do órgão deliberativo nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* solicitou aos membros que tivessem presentes a correção ao mapa na página 6, que consta da informação subscrita pela Chefe de Gabinete, lida na correspondência.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata de adaptação da nova designação das áreas à estrutura da Câmara.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adaptação do Mapa de Pessoal ao regulamento de organização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

**PONTO 3 – AUTORIZAR A CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS, REGULADA PELO N.º 2 DO ART.º 38.º DA PORTARIA N.º 83-A/2009 DE 22.01:**-----

-----Presente ofício número 4746, da Câmara Municipal de 5 de Junho, a solicitar a autorização em causa, tendo por base a informação n.º 10/2014 da Chefe de Divisão de Recursos Humanos, que se considera integralmente reproduzida.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que para cumprirem a lei e reduzirem o quadro não podem levar a cabo os concursos em causa.-----

-----Visando a gestão global dos serviços que incluiu a Promotorres, para a qual têm uma necessidade imperiosa de contratar pessoas por causa da fiscalização do estacionamento, entenderem que a melhor solução é anular os concursos em causa. -----

-----O *Sr. João Bernardes*, disse que o grupo Municipal do PCP vai votar a favor na certeza que os funcionários que seriam admitidos com os concursos que agora cessam fariam falta, assim como os funcionários do município também não estão a mais pois o que está a mais é este governo.-----

-----Não se registaram mais intervenções e passou-se à votação do assunto.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cessação dos seguintes procedimentos concursos:-----

-----PCC 09 2011 - 1 posto de trabalho - Técnico Superior/Técnico Superior - DF-Divisão de Contratação Pública e Património – CTI; PCC 01 2012 - 1 posto de trabalho - Técnico Superior/Técnico Superior - DAG-DRP Área de Comunicação – CTI; PCC 02 2012 - 1 posto de trabalho Técnico Superior/Técnico Superior - DC-DMGB - Área de Bibliotecas – CTI; PCC 03 2012 - 1 posto de trabalho - Técnico Superior /Técnico Superior - DC - DMGB - Área de Bibliotecas – CTI e PCC 04 2012 - 2 postos de trabalho - Técnico Superior/Técnico Superior - DU - Área de Projeto – CTI.-----

-----Ausentou-se da reunião o Presidente da Mesa, em observância do dever a que está vinculado nos termos do ponto iv, da alínea b) do artigo 4º da Lei 29/87, de 30/06, na sua atual redação, e ainda

para cumprimento do estipulado no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo. Passou a presidir o primeiro secretário.-----

**PONTO 4 – APROVAR A PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DOS JURADOS PARA RECRUTAMENTO POR PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE QUATRO CARGOS DIRIGENTES, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 13.º DA LEI 49/2012 DE 29.08;**-----

-----Presente ofício n.º 4747, da Câmara Municipal de 5 de Junho, a remeter a proposta em título, a qual foi aprovada em reunião de 03.06.14, tendo presente a competência nesta matéria do órgão deliberativo.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que se trata de uma nova competência da Assembleia. No caso concreto é proposto o diretor de departamento mais antigo e experiência profissional noutras entidades, uma jurista e dois técnicos superiores do Recursos Humanos, composição natural para este tipo de recrutamento. -----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* referiu que o grupo municipal do PSD iria votar a favor.-----

-----No entanto e tendo presente que o n.º 2 e n.º 3 do art.º 13.º da lei em título, estatui que o presidente do júri assim como os vogais são designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, recomendou que futuramente possa haver abertura para que pessoas externas aos serviços, com estas qualidades, sejam considerados.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* respondeu que conhecem essa faculdade da lei mas nos quadros da autarquia têm pessoas com essas qualidades, que inclusive já têm sido júris em autarquias vizinhas, pelo que optaram nomear estes funcionários. -----

-----Terminadas as votações, o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a designação do Arq.º Jorge Martins como presidente dos quatro júris, a Dra. Catarina Avelino como vogal dos quatro júris, da Dra. Teresa Patrocínio como terceira vogal nos procedimentos concursais para provimento dos cargos de Chefe de Divisões de Ambiente e Sustentabilidade e Infraestruturas e Obras Municipais e a Dra. Sónia Brás como vogal nos procedimentos concursais para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e responsável pela Unidade de Planeamento Estratégico e Territorial.-----

-----Voltou a presidir a sessão o Presidente da Assembleia, Alberto Avelino.-----

**PONTO 5 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO 2014 NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02;**-----

-----Presente ofício número 3468, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de maio último a informar que na sua reunião de 05 do mesmo mês, deliberou fixar até 70 o número de candidaturas a apoiar no âmbito do referido programa, para o período de setembro de 2014 a agosto de 2015, prevendo-se um valor de apoio estimado por candidatura e por mês de € 202,50, estimando-se para o ano de 2014 o valor de € 56.700,00 e para o ano de 2015 o valor de € 113.400,00.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que se trata de um programa anual, mas como atravessa dois anos financeiros a assembleia tem que autorizar a repartição de encargos.-----

-----A *Sra. Susana Neves* congratulou-se com renovação deste programa de apoio ao arrendamento, uma medida de política social municipal que não só responde às obrigações que a Segurança Social não responde, mas, sem o qual, se veriam muitos casos de desalojamento e de pobreza absoluta.-----

-----Enalteceu a atribuição do máximo de pontuação em situações de comprovada doença crónica no agregado familiar.-----

-----Salientou a preocupação com o grande número de possíveis candidaturas que não chegam a ser efectivadas porque aquando da recolha de dados se constata que o arrendamento é clandestino ou ilegal.-----

-----Assim, apelou aos presidentes de junta, que são os atores de proximidade no sentido de estarem atentos e denunciarem as situações lhes suscitem dúvidas quanto à necessidade de receber apoio através deste programa. É difícil ver pessoas carenciadas ficarem ainda mais carenciadas, e outras mais beneficiadas.-----

-----Não se registaram mais intervenções, pelo que o Presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual – Programa de Apoio ao Arrendamento 2014, estimando-se para o ano de 2014 o valor de € 56.700,00 e para o ano de 2015 o valor de € 113.400,00.-----

**PONTO 6 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – AQUISIÇÃO DO IMÓVEL “AZENHA DA PONTE” SITO NO AMEAL, FREGUESIA DO RAMALHAL NOS TERMOS DO ART.º 22 DO DEC-LEI N.º. 197/99 DE 8/6 E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02;**-----

-----Presente ofício número 4937 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de junho, a informar que na reunião do Executivo que se realizará dia 17.06.2014, a Câmara irá apreciar a proposta relativa à aquisição do imóvel “Azenha da Ponte” sito no Ameal, Freguesia do Ramalhal. Pelo facto de se prever que a primeira prestação ocorra em agosto de 2014, solicita o agendamento do pedido de autorização em título, tendo presente as competências da Assembleia Municipal.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que em causa está o pagamento em três tranches de €50.000,00 com vencimento em agosto 2014, maio e agosto de 2015.-----

-----Mais informou que surgiu a oportunidade de adquirir este imóvel e entenderam que a deviam aproveitar, pelo preço, condições de pagamento, pela natureza do engenho horizontal existente que é único e ainda porque se localiza à beira de uma estrada nacional com um espaço envolvente bastante agradável.-----

-----Á agradável experiência do Moinho dos Caixeiros e da Azenha de Santa Cruz poderão adicionar a Azenha da Ponte jogando em rede, e revelar que através de forças naturais se podem gerir forças mecânicas.-----

-----Acresce que a Câmara Municipal adquiriu, há uns anos atrás, uma colecção de figuras em madeira e práticas ancestrais e este seria um bom local para as colocar, tendo o autor destas peças a trabalhar ao vivo e contribuindo para a recuperação do moinho.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho**, sublinhou que a Assembleia só é chamada para autorizar a repartição de encargos, no entanto apurou que a sustentação técnica do preço acordado pelo imóvel de €150.000,00 teve por base uma avaliação que a Câmara mandou elaborar e da qual resultou um valor significativamente muito superior.-----

-----Disse ser importante sublinhar que têm no concelho o Moinho dos Caixeiros, a Azenha de Santa Cruz e agora a Azenha da Ponte. É dito na informação que é uma mais valia patrimonial e didática o que concorda no sentido de que é importante as crianças saberem as origens do pão que comem todos os dias. São manifestações de cultura que devem ser valorizadas.-----

-----Por último solicitou que fosse especificado na informação que suporta este assunto o nome do proprietário que é António da Silva Rosa.-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** começou por assinalar que o nome correto do autor das peças de madeira é António Agostinho Lopes.-----

-----Mostrou-se agradado com o facto de se estar a construir no concelho alguns museus, mas o grupo Municipal do PCP irá abster-se porque têm dúvidas.-----

-----Disse ainda que o montante de €150.000,00 negociado para aquisição do imóvel é razoável, pois a reconstrução levado a cabo pelo proprietário certamente foi superior a este valor.-----

-----Assim, questionou quanto é que vão custar as obras e como irá funcionar. Tendo presente que o imóvel tem dois pisos, sendo demasiado grande só para expor as peças do artesão, se tem algum fim pensado para o espaço restante. -----

-----Deu nota que o estacionamento é reduzido, pelo que a autarquia poderia equacionar adquirir a horta adjacente à azenha para esse efeito, e proceder à limpeza do rio entre esta azenha e a do Ramalho, de modo a por o terreno em condições de ser usufruído pela população.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, **Sr. Carlos Terêncio** congratulou-se com a

aquisição em título que irá não só contribuir para a valorização da azenha mas também para a sua preservação e conservação. -----

----O imóvel em causa consta como uma azenha, mas é um moinho de água de roda horizontal, cuja origem remonta ao império romano e só existe este no concelho de Torres Vedras.-----

----Por último frisou que a junta de freguesia que preside estará disponível para as parcerias que a Câmara Municipal entenda ser necessárias para o seu desenvolvimento, conhecimento e usufruto geral. -----

----O *Sr. João Bastos* assegurou que nada tinha a dizer quanto à avaliação feita ao terreno mas questionou quanto custou a coleção de figuras de madeira e peças ancestrais referida e se foi feito um estudo quando ao encargo anual do imóvel.-----

----Em resposta às dúvidas do Grupo Municipal do PCP o *Sr. José Augusto de Carvalho*, assinalou que ficaria mais preocupado se o artesão precisasse de dois pisos para a coleção e só tivessem uma sala. Não é preciso grande criatividade para ocupar o espaço sobranete.-----

----Concluídas as intervenções foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* dizendo que o PCP vai abster-se porque assim já tinha sido decidido pela bancada, e não acredita que mudem o sentido de voto após os seus esclarecimentos.-----

----Lembrou que em causa está a competência da Assembleia em autorizar a repartição de encargos, não é a sua utilização nem o que se vai gastar. -----

----No entanto e relativamente a obras no imóvel esclareceu que o edifício está em boas condições e serão necessárias algumas obras embora não de grande monta. Tem uma série de limitações, uma vez que tem uma escada para o 2.º piso totalmente inacessível para pessoas com mobilidade reduzida o que é uma obrigatoriedade para edifícios públicos, mas que espera que se resolverá com um projeto.-----

----Assinalou ser curioso que o PCP não vote favoravelmente mas querem que a Câmara Municipal compre a horta.-----

----No tocante ao preço da coleção informou que não tinha presente, mas pode posteriormente fornecer os dados e não foi feito nenhum estudo dos encargos anuais. Não obstante deu nota que a exploração do Moinho dos Caixeiros é rentável para a junta de freguesia.-----

----Acha que é uma questão de dinâmica, e este espaço tem todas as condições para ser rentável.----

----Terminadas as intervenções o Presidente da mesa colocou o ponto à votação:-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 29 votos a favor e 10 abstenções conceder autorização prévia para repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual – aquisição do imóvel “Azenha da Ponte” sito no Ameal, freguesia do Ramalhal nos termos do art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8/6 e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02.-----

----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, CDS, Torres nas Linhas e os presidentes de

junta da Freiria, Ponte do Rol e Carvoeira. Abstiveram-se os membros do PSD e da CDU. Estava ausente da sala Ana Fiéis.-----

----Nesta altura ausentou-se da reunião o membro António João Bastos, em observância do dever a que está vinculado nos termos do ponto iv, da alínea b) do artigo 4º da Lei 29/87, de 30/06, na sua atual redação, e ainda para cumprimento do estipulado no artigo 44º do CPA.-----

**PONTO 7 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA BARREIRA ALTA, PARA OS EFEITOS CONTIDOS NO N.º 1 DO ART.º 79 DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, NA REDACÇÃO DADA PELO DECRETO LEI 46/2009 DE 20.02:**-----

----Presente ofício número 4304, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 26 de maio último, a dar conhecimento que em sua reunião de 20.05.2014, deliberou, por unanimidade, considerar que a versão final do Plano de Pormenor da Barreira Alta se encontra em condições de ser submetido à assembleia para os efeitos legais em título.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que em causa estão as novas instalações de uma empresa na área alimentar a “Patrícia Pilar”. Este plano de pormenor é só para esta unidade, recolheu pareceres favoráveis das entidades envolvidas e foi aprovado no Executivo por unanimidade.-----

----Não foi solicitadas intervenções pelo que se passou de imediato à votação do plano.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Pormenor da Barreira Alta, para os efeitos contidos no n.º 1 do art.º 79 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na redacção dada pelo Decreto Lei 46/2009 de 20.02.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

----Retomou o seu lugar na sala o membro António João Bastos.-----

**PONTO 8 – TOMAR CONHECIMENTO DA ALTERAÇÃO POR CORREÇÃO MATERIAL AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, NO TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 97-A DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL;**-----

----Presente ofício número 3581 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de abril a dar ao conhecimento que em sua reunião de 22/04/2014, tendo por base a informação da DOT de 15/04/2014, que se considera integralmente reproduzida, deliberou declarar a retificação por correção material do PDM, que submetem para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 97º- A do RJGT.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* explicou que se trata de corrigir um erro de carta que os serviços detetaram, no processo de revisão do PDM ocorrida em 2002, na zona do empreendimento turístico Areias do Seixo. -----

-----O **Sr. João Bastos** disse que analisou a explicação técnica e sendo quase impossível elaborar um plano sem falhas fica satisfeito por existir esta figura de retificação, a qual a Câmara Municipal poderá utilizar noutras situações futuras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da retificação por correção material do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, que resultou de um erro resultante de deficiente georeferenciação dos loteamentos titulados pelos alvarás nº 1/2007 de 29/01 e nº 3 /2010 de 06/10, decorrente do menor rigor e limitação de meios ainda existente à data da incorporação do primeiro destes compromissos urbanísticos no processo de revisão do PDM, ocorrida em 2002, e que, por concordância geométrica do limite definido, se veio a repercutir mais tarde sobre a área abrangida pelo segundo dos loteamentos.-----

**PONTO 9 - AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À CERU – CENTRO EUROPEU DE RISCOS URBANOS, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA PREVISTA NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:**-----

-----Presente ofício número 4305 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26 de maio último, que de conformidade com o deliberado em sua reunião de 20/05/2014, remete o processo relativo à adesão do Município de Torres Vedras, como associado coletivo, a integrar na lista do Conselho Fiscal da CERU – Centro Europeu de Riscos Urbanos cujo valor das quotas será de € 200,00.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que neste ponto e seguinte aprovam também os estatutos da associação que fazem parte da documentação distribuída e a competência da Assembleia nesta matéria está prevista na alínea n) do n.º 1 e não como está referido no agendamento o que será corrigido na deliberação.-----

-----Deu de seguida a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para uma breve introdução:-----

-----O Edil disse que pretendem através da participação nestas parcerias comunitárias europeias ficarem com o conhecimento do que se faz noutros sítios.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** aproveitou este assunto para dizer que o plano oficial de formação dos bombeiros portugueses, que é vasto, não incluiu o resgate de pessoas em estruturas colapsadas e Portugal é um país com zonas sísmicas. É uma prova muito clara que a cultura da proteção civil tem que ser acentuada . -----

-----Apelou que se aproveite esta adesão para resolverem esta lacuna.-----

-----Não se registaram mais intervenções, pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a adesão do município de Torres Vedras à CERU – Centro Europeu de Riscos Urbanos e respetivos estatutos, tendo presente a competência da assembleia prevista na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09.-----

**PONTO 10 - AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ASSOCIAÇÃO DAS ROTAS DOS VINHOS DE PORTUGAL, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA PREVISTA NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09;**-----

-----Presente ofício número 4823 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 11 de junho, a solicitar o agendamento da adesão em título, a qual será apreciada pelo Executivo em sua reunião de 17.06.14, uma vez que o mesmo carece de deliberação com alguma urgência, visando a constituição da associação.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a associação em causa deriva da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, e entendeu-se criar um associação com o fim específico de dinamizar as rotas dos vinhos e não terá custos.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar adesão do município de Torres Vedras à Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal, e respetivos estatutos tendo presente a competência da assembleia prevista na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09.-----

**PONTO 11 - ELEIÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO OU GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES REPRESENTADOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A FIM DE INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE TORRES VEDRAS, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2009;**-----

-----Presente ofício número 3480, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de Abril último, a dar conhecimento em sua reunião de 22/04/2014, deliberou aprovar a extinção da Comissão Municipal da Juventude e a implementação do Conselho Municipal da Juventude de Torres Vedras e nesta sequência, solicita nos termos do normativo legal em título a indicação “um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal”, a fim de integrarem o referido Conselho Municipal da Juventude.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que após o agendamento deste assunto, constataram que não se tratava de uma eleição, mas de uma mera indicação, pelo que pediu à assembleia que entregasse na mesa os nomes dos membros.-----

-----De acordo com as propostas entregues na mesa a Assembleia Municipal indicou os seguintes membros para integrarem o Conselho Municipal de Juventude: Renata Filipa dos Santos Romão Nunes Simões (PS); Marta Filipa Sousa Geraldês (PSD); Maria Teresa Lopes de Oliveira (PCP) e João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes (CDS-PP).-----

-----Nesta altura, por motivos de saúde ausentou-se da sessão o Presidente da Mesa, Alberto Avelino, ficando a presidir os trabalhos o Primeiro Secretário António Fortunato.-----

**PONTO 12 - APRECIACÃO DE UMA INFORMACÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09.**-----

-----Presente informação referente à actividade do município, em abril, maio e junho de 2014 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, onde informa que a dívida a fornecedores em 18 junho é € 2.763.174,77 e o saldo de tesouraria €1.658.958,34.-----

-----Iniciou a discussão deste ponto o **Sr. João Bastos**, agradecendo ao Sr. Vereador Carlos Bernardes o envio do relatório sobre as linhas de água do concelho, que é bastante favorável, mas entende que ainda existem muitas situações por resolver.-----

-----Relativamente às obras do Choupal que estão em curso, reparou que estão a fazer uma travessia do rio e questionou se a Câmara Municipal tem alguma equipa a fiscalizar, de modo a que as mesmas sejam feitas preservando o local. -----

-----No tocante ao Plano de Urbanização de Santa Cruz enviado para a CCDRLVT, disse que antes da reunião de Câmara teve a oportunidade de o analisar tendo detetado alguns lapsos, pelo que questionou se a Câmara tem a situação controlada.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** registou que com as alterações introduzidas recentemente nas marcações das ruas, algumas ficaram mais estreitas mas outras parecem pistas.-----

-----Referiu-se concretamente à rua Teresa de Jesus Pereira, na qual há bem pouco tempo o candeeiro em frente à Sapataria Globo estava fundida, existe aí uma passadeira e os carros circulam com muita velocidade, o que o preocupa. O facto de estar planeado ter duas vias a subir, mesmo que sejam feitas marcações, à noite há que ter cuidado. Também acha que faltam lugares de estacionamento e à noite vai faltar para os residentes.-----

-----Quanto à fiscalização das obras do Choupal **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a sua preocupação não é essa mas sim os trabalhadores.-----

-----Sobre o plano de urbanização de Santa Cruz, referiu que nestes instrumentos de gestão territorial há sempre lapsos mas terão nova oportunidade de o analisar quando vier da CCDRLVT e estão a tempo de corrigir.-----

-----Quanto à Rua Teresa de Jesus Pereira disse defender que no interior da cidade a velocidade máxima devia ser 30 Km/hora e que devem ser criadas barreiras para que não se ultrapasse esta velocidade. Congratula-se que alguém peça que sejam colocados mais parquímetros.-----

-----Deu nota que têm planeado iniciar o novo sistema de gestão de estacionamento no dia 6 de Outubro, e estão a caminhar nesse sentido de forma faseada, até porque não fazia sentido deslocar o terminal antes da feira de S. Pedro. Os selos de residentes estarão disponíveis a partir do mês de

julho, por zonas e em outubro começam com a fiscalização.-----

----Quando o Terminal Rodoviário passar para o Parque Regional, todo trânsito da rodoviária que se dirija a Lisboa irá ser feito pela rua Teresa de Jesus Pereira, a qual terá uma carga superior. Esta via agora terá condições para ter três faixas (uma para os autocarros), que permitirá melhor escoamento do trânsito e o abrandamento da velocidade.-----

----Poderão equacionar colocar passadeiras ao nível dos passeios, e estabelecer o limite de velocidade de 30Km no interior da cidade, à semelhança do que viram em Pontevedra.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

----Pelas 23.30horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---